TABLOIDE OP- SUPLEMENTO 472

14 de dezembro de 2018

Comissão Brasileira Justiça e Paz
Vinculada à Comissão Pontifícia
Justiça e Paz – Roma
Relacionada com a Conferência
Nacional dos Bispos do Brasil

Programa Justiça Econômica

A CBJP, os direitos humanos e a cultura da violência

Vivemos uma semana rica de simbolismos que se cruzam e se negam pelos seus significados: as comemorações alusivas aos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Ato Institucional 05. A primeira é considerada o cume da consciência humana de que todas as pessoas nascem iguais em direitos e, a segunda, o fechamento do Regime civil-militar, que representa a negação da liberdade, da democracia e dos direitos humanos no Brasil.

Pode-se dizer que em nosso país um movimento pendular se sucede, às vezes afirmando e ampliando direitos, noutras, negando e os restringindo. Desde redemocratização, o país tem dado passos significativos em prol da afirmação dos direitos humanos, não obstante estes serem lentos, tímidos e insuficientes.

Apesar disso, é forçoso reconhecer e elencar algumas das memoráveis conquistas oriundas desse período: Promulgação da Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, os Planos Nacionais de Direitos Humanos e o Estatuto da Igualdade Racial, Idoso, da Pessoa com Deficiência, dos Migrantes, a Lei Maria da Penha e a Lei de Migração...

Por sua vez, a sina escravocrata que marca nossa origem nos persegue e insiste em nos visitar, numa espécie de AI-5 perene, na triste concepção de que a questão social é um caso de policia, atualizada reiteradamente nas constantes perseguições, criminalizações das lutas sociais e nas prisões e nos assassinatos de lideranças de movimentos sociais.

É nesse contexto que se entende a barbaridade impetrada e que ceifou a vida de José Bernardo da Silva e Rodrigo Celestino, mortos a tiros na noite de sábado, 08 de dezembro, no acampamento Dom José Maria Pires, em Alhandra, Paraíba. Difícil não identificar uma linha de continuidade histórica com os assassinatos de João Pedro Teixeira, liderança das Ligas Camponesas e de Margarida Alves, liderança rural, ambos tombaram neste estado e pelas mesmas causas.

São preocupantes as manifestações de algumas importantes autoridades deslegitimando organismos e acordos internacionais de proteção aos direitos humanos, o “culto” às armas e à estética da violência verificada no dramático atentado ocorrido durante a celebração da Santa Missa na Catedral da Arquidiocese de Campinas.

.

A Comissão Brasileira Justiça e Paz, organismo da CNBB se solidariza com as vítimas de toda forma de violência, os seus familiares e amigos, particularmente às promovidas contra promotores dos direitos humanos, a exemplo da que vitimaram os camponeses e as mortas na Catedral de Campinas.

Que diante dos dilemas e das bifurcações presentes na atualidade brasileira, é tempo de rememorar o lema da Campanha da Fraternidade de 2009 “Escolhe, pois a Vida” Dt. 30-19.

Brasília, 13 de dezembro de 2018

Carlos Moura
Secretário Executivo da CBJP